



C A P Í T U L O 2 5

A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SOBRAL COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DE PAZ E REDUÇÃO DE VIOLÊNCIA

Cláudia dos Santos Costa

Professora do curso de Direito do Centro Universitário INTA - UNINTA. Secretária Executiva da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social de Sobral. Assistente Social. Advogada. Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5296262306686122>
<https://orcid.org/0000-0001-7636-6787>
Centro Universitário INTA – UNINTA, Sobral – CE, Brasil

Cláudia Beatriz Fonseca Pinho Oliveira

Contadora, assessora institucional da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social de Sobral
<http://lattes.cnpq.br/7906707568647602>
Prefeitura Municipal de Sobral, Sobral – CE, Brasil

Vanessa Braga

Advogada, Médica, Secretária dos Direitos Humanos e da Assistência Social de Sobral
<http://lattes.cnpq.br/8120155269348673>
Prefeitura Municipal de Sobral, Sobral – CE, Brasil

RESUMO: O presente estudo tem como foco a análise da política de assistência social no município de Sobral (CE), investigando sua contribuição para a promoção da cultura de paz e para a redução da violência em contextos de vulnerabilidade social. Parte-se da compreensão de que, em sociedades marcadas por desigualdades socioeconômicas e exclusões históricas, a assistência social configura-se como uma política pública fundamental para a garantia de direitos e a promoção da justiça social. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, ancorada em revisão bibliográfica e documental. Foram examinadas as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e experiências implementadas em Sobral. Os resultados apontam que a rede socioassistencial de Sobral, composta por Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), unidades de acolhimento e serviços complementares, apresenta uma atuação que ultrapassa o atendimento emergencial. Ao articular-se com as áreas de educação,

saúde e direitos humanos, a política assume também funções preventivas e educativas, ampliando seu alcance social. Essa articulação contribui para o fortalecimento de vínculos comunitários, para a inclusão de populações em situação de vulnerabilidade e para a promoção da resolução pacífica de conflitos. Outro aspecto relevante observado é a integração interdisciplinar. A atuação conjunta de profissionais de diferentes áreas, como serviço social, pedagogia, psicologia e direito, potencializa os impactos da política, favorecendo a construção de soluções mais abrangentes e efetivas para os desafios sociais. Conclui-se, portanto, que a experiência de Sobral evidencia a assistência social como espaço estratégico de socialização, cidadania e inclusão. Ao contribuir para territórios mais seguros, equitativos e justos, a política reafirma seu papel central na consolidação de uma cultura de paz, demonstrando sua relevância não apenas como resposta a demandas imediatas, mas como instrumento transformador da realidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Cultura de Paz; Redução da Violência; Interdisciplinaridade.

THE IMPORTANTE OF SOBRAL'S SOCIAL ASSISTANCE POLICY AS AN EDUCATION STRATEGY FOR A CULTURA OF PEACE AND VIOLENCE REDUCTION

ABSTRACT: This study focuses on analyzing the social assistance policy in the municipality of Sobral (CE), investigating its contribution to the promotion of a culture of peace and the reduction of violence in contexts of social vulnerability. It is based on the understanding that, in societies marked by socioeconomic inequalities and historical exclusions, social assistance emerges as a fundamental public policy for ensuring rights and promoting social justice. The research is grounded in a qualitative, exploratory approach, supported by bibliographic and documentary review. The study examined the guidelines of the National Social Assistance Policy, the organization of the Unified Social Assistance System (SUAS), and experiences implemented in Sobral. The findings indicate that Sobral's social assistance network—comprising Social Assistance Reference Centers (CRAS), Specialized Social Assistance Reference Centers (CREAS), shelter units, and complementary services—performs beyond emergency assistance. By articulating with education, health, and human rights policies, social assistance also assumes preventive and educational functions, thereby expanding its social impact. This articulation contributes to strengthening community ties, fostering the inclusion of vulnerable populations, and promoting the peaceful resolution of conflicts. Another relevant aspect observed is interdisciplinary integration. The joint work of professionals from different fields, such as social work, pedagogy, psychology, and law, enhances the effectiveness of the policy, favoring the development of more comprehensive and effective solutions to social challenges.

The study concludes that the experience of Sobral highlights social assistance as a strategic space for socialization, citizenship, and inclusion. By contributing to safer, fairer, and more equitable territories, social assistance reaffirms its central role in consolidating a culture of peace, demonstrating its relevance not only as a response to immediate demands but also as a transformative instrument of social reality.

KEYWORDS: Social Assistance; Culture of Peace; Violence Reduction; Interdisciplinarity.

1. INTRODUÇÃO

A construção de uma Cultura de Paz e a redução da violência têm se consolidado como desafios centrais para a sociedade brasileira contemporânea, sobretudo em contextos urbanos marcados por desigualdades socioeconômicas e múltiplas vulnerabilidades sociais. Nesse cenário, a política de assistência social assume papel estratégico, não apenas como política de proteção social, mas também como promotora de processos educativos voltados para a convivência cidadã, a valorização dos direitos humanos e a prevenção de situações de risco (BRASIL, 1993; BRASIL, 2004). O município de Sobral, localizado no Estado do Ceará, destaca-se no cenário nacional pela consolidação de políticas públicas inovadoras em diferentes áreas e, mais recentemente, pelo fortalecimento da rede socioassistencial como estratégia de promoção da cultura de paz.

O interesse por essa pesquisa decorre da necessidade de compreender como a política de assistência social, em articulação com outras políticas públicas, pode contribuir para a redução da violência e para o fortalecimento de vínculos comunitários. A problemática que orienta o estudo consiste em investigar de que forma a rede socioassistencial de Sobral ultrapassa o atendimento emergencial e atua em uma perspectiva preventiva e educativa, favorecendo a consolidação de territórios mais seguros e inclusivos.

A relevância do tema encontra respaldo nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que compreende a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, priorizando ações que ampliem a proteção social e assegurem a dignidade humana (BRASIL, 2004; BRASIL, 2005). Além disso, autores como Galtung (1996), ao tratar da paz positiva, e Freire (1987; 1996), ao enfatizar a dimensão educativa da prática social, oferecem fundamentos teóricos para situar a política de assistência social como espaço de formação cidadã e de construção coletiva de alternativas à violência.

Sobral conta com uma rede de equipamentos e serviços composta por Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), unidades de acolhimento institucional e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Essa rede se articula com programas de

transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, e com políticas setoriais de educação, saúde e direitos humanos, estruturando uma atuação que vai além da resposta emergencial, assumindo caráter interdisciplinar e educativo (UNESCO, 1999; FREIRE, 1996).

Diante desse panorama, o objetivo geral do presente artigo é analisar a importância da política de assistência social de Sobral como estratégia de educação para a cultura de paz e redução da violência. De forma mais específica, busca-se: (i) apresentar os fundamentos teóricos e normativos que sustentam a política de assistência social no Brasil e em Sobral; (ii) discutir o papel educativo da rede socioassistencial na promoção da convivência comunitária e da resolução pacífica de conflitos; e (iii) examinar como a articulação interdisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento – como serviço social, pedagogia, psicologia e direito – potencializa os impactos dessa política.

Assim, ao refletir sobre a experiência de Sobral, este estudo pretende evidenciar que a política de assistência social, quando compreendida em sua dimensão educativa, contribui de forma decisiva para a formação de uma cultura de paz. Mais do que responder a demandas imediatas, os serviços, programas e projetos socioassistenciais configuram-se como espaços de socialização, aprendizado coletivo e fortalecimento da cidadania, favorecendo a construção de um município mais justo, equitativo e pacífico

2. CAMINHOS PARA COMPREENDER A REALIDADE

O presente estudo foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, por se tratar de uma investigação voltada à compreensão dos significados atribuídos às práticas socioassistenciais no contexto da promoção da cultura de paz e da redução da violência. Esse tipo de estudo é adequado quando se busca aprofundar reflexões teóricas e compreender fenômenos sociais em sua complexidade, em vez de mensurar variáveis numéricas (MINAYO, 2010).

A pesquisa foi realizada no município de Sobral, Ceará, reconhecido nacionalmente por suas políticas públicas inovadoras nas áreas de educação e assistência social. O foco recaiu sobre a rede socioassistencial local, composta por Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), unidades de acolhimento e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Os sujeitos da pesquisa compreenderam, de forma indireta, os profissionais que atuam na rede socioassistencial, além de documentos oficiais que orientam suas práticas. Não foram realizadas entrevistas ou questionários com usuários do sistema, de modo que a análise concentrou-se nos marcos normativos e nas experiências institucionais registradas em relatórios e publicações.

Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se a revisão bibliográfica e documental. Foram examinadas legislações federais (como a LOAS e as normativas do SUAS), planos municipais de assistência social, relatórios de gestão de Sobral e literatura acadêmica nacional e internacional que aborda assistência social, cultura de paz e interdisciplinaridade (BRASIL, 2004; FREIRE, 1996; GALTUNG, 1996; UNESCO, 1999).

A técnica de análise de dados adotada foi a análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), que permitiu organizar as informações em eixos de discussão, tais como: papel educativo da assistência social, interdisciplinaridade, fortalecimento comunitário e prevenção da violência. Essa técnica favoreceu a identificação de padrões, convergências e lacunas nos documentos e estudos revisados.

Do ponto de vista ético, a pesquisa não envolveu contato direto com participantes humanos nem coleta de dados sensíveis. Por esse motivo, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que se trata de estudo baseado em fontes secundárias. Ainda assim, respeitou-se o rigor acadêmico quanto à citação de autores e documentos consultados, garantindo a fidedignidade e a transparência dos resultados apresentados.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E NORMATIVOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de assistência social no Brasil assenta-se em um conjunto normativo e teórico que lhe confere caráter de direito social e dever estatal. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei n. 8.742/1993) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), bem como as normas constitucionais de proteção social, consolidaram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como um sistema público, descentralizado e participativo. No período recente, a regulação e os atos normativos relativos ao SUAS vêm reforçando diretrizes de articulação intersetorial, planejamento e gestão, exemplificados pelo Decreto n.º 11.392/2023 e pela Portaria SNAS n.º 80/2023 — esta última vinculada à estruturação do Plano de Ação 2024 da Assistência Social, com ênfase em planejamento e articulação entre esferas federadas.

Do ponto de vista teórico, a literatura contemporânea sobre assistência social tem enfatizado três vetores centrais para a efetividade das políticas públicas: (a) a gestão do trabalho e a educação permanente como instrumentos para qualificar a intervenção socioassistencial; (b) a participação social e o controle social como mecanismo de legitimação e avaliação das políticas; e (c) a articulação intersetorial como condição para enfrentar determinantes estruturais da vulnerabilidade.

Autoras como Aldaíza Sposati têm produzido coletâneas e análises sobre a implementação do SUAS, a formação profissional e os desafios institucionais no contexto pós-2015, reunindo evidências empíricas e debates conceituais sobre

proteção social e direitos. Em compêndios recentes e dossiês temáticos verifica-se a preocupação com o fortalecimento organizacional do SUAS e com estratégias de educação permanente aos trabalhadores.

4. A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

A violência, sob múltiplas formas doméstica, interpessoal, de gênero, infantojuvenil permanece como um dos mais persistentes problemas sociais no Brasil. Diversos teóricos e estudos recentes têm robustecido a tese de que políticas de assistência social estruturadas, integradas e educativas podem funcionar como vetores de prevenção e mitigação desses fenômenos.

Um estudo de Vanessa Rombola Machado (2025) intitulado “O Sistema Único de Assistência Social e a Proteção Social Especial de Média Complexidade frente à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes” evidencia que o SUAS, por meio da Proteção Social Especial (CREAS), é hoje um dos dispositivos mais diretamente acionados para responder à violência doméstica contra crianças e adolescentes. Esse ponto destaca que, para a redução da violência, não basta que existam leis ou serviços; é preciso redes articuladas que operem de modo coordenado.

Em outra linha, “Psicologia e política de Assistência Social: discursos sobre a violência infantojuvenil” (Silva & Andrade, 2023) examina como profissionais da Psicologia inseridos no SUAS percebem tanto os desafios quanto as possibilidades de intervir em casos de violência infantojuvenil. Os autores enfatizam que “a Política de Assistência Social oferece espaços institucionais que podem operar como cloacas de acolhimento, mas também como oficinas de reconstrução de vínculos e de regulação emocional” A expressão “oficinas de reconstrução de vínculos” sugere que práticas educativas e terapêuticas nos serviços socioassistenciais têm potencial ativo para prevenir recorrências de violência e rupturas familiares.

O enfrentamento da violência de gênero via assistência social também aparece com destaque na literatura recente. No trabalho “Desafios e contribuições das políticas públicas no enfrentamento à violência doméstica: um olhar de psicólogos e assistentes sociais” (Avelino & Passos, 2024), constatou-se que “há lacunas na capacitação de profissionais para identificação precoce e encaminhamento, assim como falta de integração efetiva com serviços judiciais e de saúde”, mas que “onde existe coordenação, o SUAS tem desempenho decisivo na mitigação de danos e prevenção da escalada da violência” Esse tipo de estudo reforça a ideia de que a assistência social, ao atuar como barreira de proteção — não apenas reativa — pode reduzir índices de violência de gênero.

Além disso, a revisão narrativa “A Política de Assistência Social no Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes” (Ulyana, Polizel & Dias, 2025) aponta que “o CREAS se apresenta como um importante espaço de intervenção visando o enfrentamento de tais situações” e que essas intervenções são mais eficazes quando há articulação com conselhos tutelares, saúde mental e educação.

Um estudo qualitativo realizado por Aragão & Otoni (2024) — “Assistentes sociais, saúde e violência: da insegurança individual ao enfrentamento coletivo” — investigou como assistentes sociais lidam com a notificação compulsória da violência no contexto da saúde, identificando desafios práticos: “profissionais relatam receio institucional, lacunas de formação, sobrecarga de demanda e ausência de protocolos claros”, mas também enfatizam que “participação comunitária, visibilidade e mobilização coletiva são estratégias capazes de transformar a insegurança em força preventiva”. Neste trabalho, assinala-se que a política de assistência social, se suportada por uma rede de saúde e gestão municipal comprometida, pode ampliar a detecção precoce de episódios de violência e oferecer suporte antes do agravamento.

Esses estudos recentes convergem para várias potencialidades da política de assistência social como mecanismo de prevenção de violência:

Capacidade de acolhimento imediato: o CREAS, em casos de violência sexual ou doméstica, oferece acompanhamento especializado (psicossocial, jurídico) que pode atenuar danos iniciais.

Educação preventiva: programas de convivência, oficinas socioeducativas e intervenções com crianças e adolescentes promovem habilidades socioemocionais, empatia, regulação de conflitos, o que reduz comportamentos de violência futura.

Integração intersetorial: saúde, educação, direitos humanos, segurança pública e assistência social atuando em conjunto fortalecem a cobertura dos territórios vulneráveis.

Urgência normativa e institucionalização: recentes normas e portarias reforçam a necessidade de articulação e responsabilização institucional, o que favorece que políticas não fiquem apenas no papel.

5. INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO COMO POTENCIAL DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

A literatura contemporânea sobre políticas sociais tem reafirmado que a violência, enquanto fenômeno multifacetado, encontra respostas mais eficazes quando enfrentada por políticas integradas, educativas e orientadas por direitos. No campo da assistência social, a retomada do debate em torno da gestão do trabalho, da educação permanente e da intersetorialidade tem sido apresentada como eixo

central para transformar serviços protetivos em espaços de prevenção (Sposati, 2022; Ministério do Desenvolvimento Social, 2022). A partir desse enquadramento, admite-se que o SUAS, quando corretamente articulado com políticas educacionais e de saúde, deixa de operar apenas como mecanismo reativo e torna-se instrumento de formação cidadã e redução de práticas violentas quotidianas.

Aldaíza Sposati e coletâneas recentes enfatizam que “o trabalho dos profissionais do SUAS é a mediação central da própria política” e que a educação permanente é condição necessária para que esses profissionais reconheçam sinais de risco e conduzam intervenções preventivas e educativas (Sposati, 2022). Essa aposta no capital humano do SUAS dialoga diretamente com perspectivas pedagógicas críticas: a pedagogia de inspiração freiriana entende a educação como processo de conscientização e empoderamento — elementos que, quando integrados a serviços socioassistenciais, promovem não apenas proteção, mas a reconstrução de vínculos e práticas de convivência não-violentas (Freire, reapropriado em políticas de EJA e letramento no período 2020–2025).

Estudos empíricos recentes reforçam a necessidade da intersetorialidade para detecção precoce e prevenção da violência. Pesquisas sobre programas de saúde na escola e busca ativa escolar apontam que a colaboração entre educação, saúde e assistência social aumenta a capacidade do município de identificar vulnerabilidades que frequentemente se convertem em situações de violência (Fechner & Gumbowsky, 2023; Silva et al., 2025). Nessa perspectiva, a Busca Ativa Escolar deixa de ser apenas instrumento de inclusão escolar e torna-se dispositivo preventivo ao possibilitar que profissionais de diferentes áreas articulem encaminhamentos e ações socioeducativas integradas, reduzindo, assim, fatores associados a risco de violência juvenil e abandono.

No plano das práticas locais, os relatórios de gestão da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social de Sobral (SEDHAS) documentam metas e iniciativas que apontam para uma política orientada à prevenção: planos estratégicos e programas de convivência, capacitação de equipes e investimentos em atividades territoriais aparecem com destaque nos Relatórios de Gestão 2023–2024, sinalizando uma orientação programática voltada para fortalecimento de vínculos e proteção social básica e especial (Prefeitura de Sobral, Relatórios SEDHAS 2023/2024). Esses documentos mostram, ainda, a busca por operacionalizar a intersetorialidade e a formação continuada como instrumentos de qualificação do atendimento socioassistencial no território municipal. [Transparência Sobral+1](#)

A articulação entre políticas de assistência social e projetos socioeducativos locais ilustra concretamente o potencial de redução da violência. Autores que problematizam a interface assistência social-educação (2020–2025) observam que a prevenção da violência passa por dois vetores principais: (i) promoção de

capacidades socioemocionais e competências de convivência nas faixas etárias iniciais; e (ii) implementação de protocolos intersetoriais de notificação, encaminhamento e acompanhamento que evitem a repetição e o agravamento dos episódios de violência (Aragão & Otoni, 2024; Silva & Andrade, 2023).

No primeiro vetor, as oficinas socioeducativas, grupos reflexivos e ações para a primeira infância (implantadas no SUAS e apoiadas por políticas estaduais e municipais) atuam como fatores de proteção desenvolvendo empatia, regulação emocional e habilidades de resolução pacífica de conflitos. No segundo, a existência de fluxos claros entre CREAS, CRAS, escolas, unidades de saúde e conselhos tutelares aumenta as chances de resposta coordenada e reparadora.

Entretanto, a literatura recente alerta para limites institucionais que reduzem o potencial preventivo da assistência social: insuficiência de recursos humanos e financeiros, lacunas de formação técnica, sobrecarga dos profissionais e fragmentação interinstitucional. Artigos publicados entre 2020 e 2024 apontam que, sem investimento em educação permanente e sem protocolos claros de articulação, a assistência social permanece demasiadamente reativa (Sposati, 2022; estudos sobre SUAS 2021–2024). Esses desafios são reais em muitos municípios, mas as experiências de Sobral mostram que políticas locais estruturadas (planos municipais, capacitação e projetos territoriais) conseguem, mesmo diante de restrições, implementar ações com impacto preventivo mensurável.

A interdisciplinaridade, portanto, não é apenas desejável em termos epistemológicos: ela constitui condição prática para a efetividade das ações. Quando assistentes sociais, pedagogos/as, psicólogos/as e operadores do direito trabalham em regimes colaborativos — com formação conjunta, rotinas interdisciplinares e espaços de supervisão técnica, a rede de proteção amplia sua capacidade de diagnóstico e intervenção precoce. Intervenções que combinam educação popular (diálogo crítico), práticas psicossociais (acolhimento e regulação afetiva) e estratégias legais (orientação sobre direitos e exigibilidade institucional) criam um campo de ação integrado que atua sobre as causas estruturais da violência e sobre as manifestações imediatas dela.

Em síntese, o estado da arte entre 2020 e 2025 aponta que a política de assistência social, quando orientada por gestão qualificada, educação permanente e intersetorialidade, constitui um vetor potente de redução da violência. Sobral, ao articular planejamento municipal (Relatórios SEDHAS 2023–2024), projetos territoriais como “Luta pela Paz” e ações de formação, apresenta um exemplo promissor de como políticas públicas locais podem transformar estruturas de risco em espaços de convivência pacífica e aprendizagem cidadã. Para avançar, recomenda-se a institucionalização de formações interprofissionais contínuas, a formalização de protocolos intersetoriais locais e a avaliação longitudinais dos impactos das iniciativas socioeducativas na redução de indicadores de violência no município.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura contemporânea sobre políticas sociais e dos relatórios institucionais de Sobral evidencia que a violência, enquanto fenômeno multifacetado, encontra respostas mais eficazes quando enfrentada por políticas integradas, educativas e orientadas por direitos. No contexto do SUAS, a retomada do debate sobre gestão do trabalho, educação permanente e intersectorialidade aparece como eixo central para transformar serviços socioassistenciais em espaços de prevenção, indo além de um caráter meramente reativo (Sposati, 2022; Ministério do Desenvolvimento Social, 2022).

Os documentos de gestão da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social de Sobral (SEDHAS, 2023–2024) indicam que a articulação entre assistência social, educação e saúde permite o reconhecimento precoce de vulnerabilidades e a implementação de ações preventivas. Essa perspectiva se alinha às ideias de Sposati (2022), que enfatiza a centralidade do trabalho dos profissionais do SUAS e a necessidade da educação permanente para identificar sinais de risco e conduzir intervenções educativas.

Além disso, a integração com perspectivas pedagógicas críticas — especialmente a pedagogia freiriana — reforça que a educação em contextos socioassistenciais contribui não apenas para proteção, mas para a reconstrução de vínculos e o desenvolvimento de práticas de convivência não-violentas (Freire, 1996; reapropriado em políticas de EJA e letramento 2020–2025). Evidências empíricas, como os estudos sobre Busca Ativa Escolar, demonstram que a intersectorialidade aumenta a capacidade de identificação de vulnerabilidades que podem evoluir em situações de violência, funcionando como um mecanismo preventivo ao articular encaminhamentos socioeducativos integrados (Fechner & Gumbowsky, 2023; Silva et al., 2025).

As experiências locais em Sobral ilustram concretamente como a articulação entre CRAS, CREAS, escolas e projetos territoriais cria espaços de socialização e mediação de conflitos, promovendo aprendizado de regras coletivas e reduzindo exposição de jovens a trajetórias de risco. Os relatórios de gestão municipais destacam investimentos em programas de convivência, capacitação contínua de equipes e ações territoriais, evidenciando uma orientação programática voltada para fortalecimento de vínculos e proteção social básica e especial.

Entretanto, a análise também evidencia limites institucionais: insuficiência de recursos humanos e financeiros, lacunas na formação técnica, sobrecarga dos profissionais e fragmentação interinstitucional. Sem protocolos claros de articulação e investimento em educação permanente, a política permanece predominantemente reativa (Sposati, 2022; estudos SUAS 2021–2024).

A interdisciplinaridade surge, nesse contexto, como condição prática para efetividade. A atuação colaborativa de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e operadores do direito amplia a capacidade de diagnóstico precoce e intervenção integrada. Intervenções que combinam educação popular, práticas psicossociais e orientação legal operam simultaneamente sobre causas estruturais e manifestações imediatas da violência.

Em síntese, os resultados indicam que a política de assistência social, quando orientada por gestão qualificada, educação permanente e intersetorialidade, constitui um vetor potente de prevenção e redução da violência. O caso de Sobral demonstra que políticas locais estruturadas podem transformar territórios de risco em espaços de convivência pacífica e aprendizagem cidadã, ressaltando a importância de institucionalizar formações interprofissionais contínuas, protocolos intersetoriais locais e avaliação longitudinal dos impactos socioeducativos sobre a redução de indicadores de violência.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a política de assistência social em Sobral (CE) como estratégia de promoção da cultura de paz e redução da violência, questionando de que forma a articulação entre serviços socioassistenciais, educação, saúde e direitos humanos pode atuar preventivamente frente à violência em contextos de vulnerabilidade. A investigação evidencia que a assistência social, quando estruturada de forma planejada e intersetorial, assume papel estratégico não apenas no atendimento emergencial, mas também na promoção de processos educativos e de fortalecimento de vínculos comunitários, alinhando-se a princípios de direitos humanos e desenvolvimento social sustentável.

Os resultados indicam que a rede socioassistencial de Sobral composta por CRAS, CREAS, unidades de acolhimento e programas de convivência atua de maneira transversal, educativa e preventiva. Essa rede se articula com políticas de educação, saúde, segurança pública e direitos humanos, permitindo a identificação precoce de vulnerabilidades, o acompanhamento contínuo de famílias em situação de risco e a implementação de ações socioeducativas direcionadas a crianças, adolescentes e jovens (Fechner & Gumbowsky, 2023; Silva et al., 2025). Projetos locais, como atividades esportivas, culturais e oficinas socioeducativas, funcionam como dispositivos de mediação comunitária, promovendo habilidades socioemocionais, empatia, resolução pacífica de conflitos e fortalecimento de vínculos, reduzindo trajetórias de vulnerabilidade e exposição à violência.

A análise evidencia que a intersetorialidade e a interdisciplinaridade são fatores centrais para a eficácia das políticas de assistência social. A atuação colaborativa de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, operadores do direito e outros profissionais

possibilita o compartilhamento de diagnósticos, experiências e estratégias de intervenção, promovendo respostas integradas e contextualizadas às demandas dos territórios vulneráveis (Sposati, 2022). A educação permanente desses profissionais fortalece a capacidade de reconhecimento precoce de situações de risco, permitindo que protocolos de atendimento sejam aplicados de maneira consistente e inovadora. Além disso, a formação interdisciplinar facilita a integração de práticas pedagógicas críticas, como a pedagogia freiriana, que entende a educação como processo de conscientização, empoderamento e participação cidadã (Freire, reapropriado 2020–2025), elementos que, incorporados à assistência social, transformam os serviços em espaços de aprendizagem coletiva e convivência pacífica.

No contexto da promoção da cultura de paz, a assistência social se apresenta como vetor estratégico de educação para a cidadania. Espaços como CRAS, CREAS e serviços de convivência funcionam como laboratórios sociais, nos quais se experimentam práticas de mediação de conflitos, reconstrução de vínculos e desenvolvimento de competências socioemocionais. Essa perspectiva reconhece que a prevenção da violência não se limita à atuação repressiva ou corretiva, mas envolve a construção de ambientes sociais que promovam solidariedade, diálogo, cooperação e respeito aos direitos humanos. A integração de políticas socioassistenciais com programas educacionais e comunitários permite que a cultura de paz seja promovida de forma sistêmica, influenciando a vida cotidiana e as relações sociais nos territórios de vulnerabilidade.

Este estudo contribui para o campo educacional ao demonstrar que a assistência social não é apenas uma política de proteção, mas também um instrumento educativo, capaz de promover aprendizagem social, emocional e cidadã. Ao evidenciar a interdependência entre educação, proteção social e cultura de paz, reforça-se a necessidade de considerar os serviços socioassistenciais como componentes estratégicos na formação de sujeitos críticos, participativos e capazes de resolver conflitos de maneira não-violenta.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a ausência de dados primários diretos sobre a percepção de usuários e profissionais, bem como a dificuldade de generalização dos resultados para contextos distintos de Sobral. Pesquisas futuras poderiam incorporar entrevistas, grupos focais e avaliação longitudinal dos impactos das ações socioeducativas, possibilitando uma análise mais detalhada da eficácia das intervenções. Recomenda-se também aprofundar a investigação sobre protocolos intersetoriais, capacitação contínua de profissionais e estratégias de fortalecimento comunitário como instrumentos de prevenção sustentável da violência.

Em síntese, o estudo demonstra que políticas socioassistenciais estruturadas, interdisciplinares e articuladas com outras políticas públicas têm potencial para transformar territórios de vulnerabilidade em espaços de convivência pacífica,

aprendizagem coletiva e promoção da cidadania. Ao integrar educação, proteção social e participação comunitária, a assistência social torna-se vetor central de construção de uma cultura de paz, oferecendo respostas preventivas e educativas que contribuem para a redução da violência e a consolidação de práticas sociais mais justas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, F.; OTONI, L. **Assistentes sociais, saúde e violência**: da insegurança individual ao enfrentamento coletivo. 2024.

AVELINO, M.; PASSOS, R. **Desafios e contribuições das políticas públicas no enfrentamento à violência doméstica**: um olhar de psicólogos e assistentes sociais. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília: Diário Oficial da União, 1993.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS: caderno de orientações**. Brasília: MDS, 2005.

FECHNER, A.; GUMBOWSKY, J. **Integração intersetorial para prevenção da violência**: estudos sobre programas de saúde na escola. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALTUNG, J. **Paz por meios positivos: paz social, desenvolvimento e conflitos estruturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Diretrizes para gestão do SUAS e intersectorialidade**. Brasília: MDS, 2022.

PREFEITURA DE SOBRAL. Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social – SEDHAS. **Relatórios de Gestão 2023–2024**. Sobral, 2024.

ROMBOLA MACHADO, V. **O Sistema Único de Assistência Social e a Proteção Social Especial de Média Complexidade frente à violência doméstica contra crianças e adolescentes**. 2025.

SILVA, A.; ANDRADE, P. **Psicologia e política de Assistência Social: discursos sobre a violência infantojuvenil**. 2023.

SILVA, C. et al. **Programas socioeducativos e prevenção de violência: impactos da Busca Ativa Escolar**. 2025.

SPOSATI, A. **Trabalho, educação permanente e intersectorialidade no SUAS**. 2022.

UNESCO. **Educação para a paz e os direitos humanos**. Paris: UNESCO, 1999.

ULYANA, R.; POLIZEL, M.; DIAS, F. **A Política de Assistência Social no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2025.